

SÍTIO URBANO: A RESSIGNIFICAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA DE JACOBINA, BAHIA (BRASIL), COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL

TEMÁTICA: Turismo y Patrimonio

Ana Margarete Gomes da Silva

Prof^ª. da Universidade do Estado da Bahia/UNEB/Campus XI; Mestre em Educação pelo PPGEduc (UNEB); Membro do Grupo de pesquisa Educação do Campo e Contemporaneidade, e do Território, Cultura e Movimentos Sociais (TECEMOS)

anamag@hotmail.com

RESUMO. O artigo em questão, objetiva abordar e justificar o desaparecimento do sítio histórico da cidade de Jacobina, localizada no Estado da Bahia (Brasil), nas duas últimas décadas, o que vem acarretar na perda da identidade local, na fragilidade do sentimento de pertença, valores culturais e conseqüentemente na valorização do turismo, haja vista, que a cidade vem buscando através deste fenômeno mundial, um viés de desenvolvimento e sustentabilidade. Trata-se do resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental, no âmbito do curso de especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus IV. De forma esquemática, o presente texto, está estruturado em três seções: a priori, tecemos algumas considerações que envolvem a problemática da preservação do patrimônio ambiental urbano, tendo como referência os bens imóveis tombados ou não na cidade supracitada, explicitando as bases conflituosas em que se postula a institucionalização do patrimônio ambiental urbano, articulada pela ação simultânea de três agentes de poder: O Estado, os agentes privados, e os movimentos sociais, que repercutem sobre diferentes interesses e seletivas espacialidades. Em seguida, fizemos uma contextualização histórico-geográfica do sítio urbano da cidade em questão, com o intuito de aclarar e/ou justificar a resignificação da memória coletiva, como um possível potencial turístico sustentável. Ao final, empreendemos um esforço de (re) leitura da cidade no contexto atual, e, sem a intenção de fechar o debate, através de respostas acabadas, propomos a seguinte provocação: Como conciliar, portanto, as dicotomias: desenvolvimento sustentável, memória e identidade/alteridade, no contexto do modo de produção capitalista vigente?

PALAVRAS CHAVES: Turismo sustentável. Memória e história. Desenvolvimento. Pertencimento.

Introdução

O artigo em questão se propõe abordar e justificar o desaparecimento do Sítio histórico da cidade de Jacobina, Bahia (Brasil), nas duas últimas décadas, implicando no enfraquecimento da memória coletiva da cidade, reverberando na perda da identidade local, na fragilidade do sentimento de pertencimento por parte dos seus habitantes, seus valores e costumes, haja vista que a cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade e engloba valores materiais e imateriais, podendo haver rebatimentos na inviabilização do turismo local, como um fenômeno econômico, político, social e cultural, que vem crescendo mundialmente de forma expressiva,

sobretudo, a partir das décadas de 1980 e 1990, com a "revolução dos transportes", no contexto da economia mundial neoliberal, se tornando um dos setores mais dinâmico do mundo¹. Tem se tornado uma alternativa de desenvolvimento econômico mundial, sobretudo em épocas de crise das principais potências econômicas, que rebate nos países periféricos e nas economias locais, o que por sua vez, buscam seu (re)aquecimento. Para um país emergente como o Brasil, o turismo tem sido um estímulo para sua economia; resguardando as devidas proporcionais, em alguns casos das economias locais, às vezes, tem sido a principal fonte de renda.

Segundo dados do Ministério do Turismo (2014)², o setor vem apresentando resultados positivos nos últimos anos e a atividade se consolida no país como um importante vetor de desenvolvimento socioeconômico. O Brasil possui hoje, uma rede de gestão descentralizada e compartilhada do Turismo, que envolve o Governo Federal, os governos estaduais e municipais, o setor privado e as organizações representativas da sociedade civil, que vem se organizando para a implementação das políticas de Turismo nas diversas esferas de gestão. O Conselho Nacional de Turismo e o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, em permanente articulação com o Ministério do Turismo, constituem instâncias fundamentais neste processo de interlocução no âmbito nacional.

Na Bahia, seu crescimento é notório. O estado se tornou um dos principais polos turísticos do país. Aqui foi onde tudo se iniciou, com a chegada da esquadra portuguesa em Porto Seguro, no século XVI, por possuir o maior litoral³ brasileiro, importantes sítios históricos coloniais (a exemplo da cidade de Jacobina e Rio de Contas), uma cultura diversificada, fruto da miscigenação tríplice de europeus, africanos e indígenas, no contexto da formação político e territorial do Brasil, predominando uma parcela significativa de negros, de matriz africana, que vieram trabalhar nas lavouras de cana de açúcar, quando a região nordeste representou por três séculos, o auge da economia nacional, além do maior carnaval do planeta, segundo o Guinness Book⁴, o que justifica uma franca expansão do turismo no estado.

Os números divulgados durante o I Salão Baiano de Turismo⁵ apontam que 5,7% do PIB do Estado vem do turismo. Nacionalmente, a participação da Bahia representa 13,2% do PIB turístico do país, ficando em segundo lugar no ranking e atrás de São Paulo, que representa 20,3%. Outros dados da pesquisa, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) sobre o fluxo de turistas no Estado, mostram que o número de brasileiros que visitam a Bahia cresceu de 4,08 milhões em 2009 para 5,29 milhões em 2011.

¹ Sobre o desenvolvimento histórico do turismo, ver Crisaller, (1955, *apud*, SILVA, 1999), que deu valiosas contribuições à formulação de uma Geografia Geral do Turismo.

² http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/21Documento_Referencial.html. Acesso em 05 de dezembro de 2014.

³ 932 quilômetros.

⁴ **O Guinness World Records (antigo Guinness Book of Records, lançado em português como Livro Guinness dos Recordes)** é uma edição publicada anualmente, que contém uma coleção de recordes e superlativos reconhecidos internacionalmente, tanto em termos de performances humanas como de extremos da natureza.

⁵ www.salao.turismo.ba.gov.br. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

Vale Ressaltar, que seu dinamismo, como toda a economia de um modo geral, está sujeita a mão invisível do mercado financeiro (lei da oferta e da procura), e obviamente, que existe uma forte correlação entre o ambiente econômico e a expansão da atividade turística em todas as escalas geográficas.

Dentro dessa perspectiva, este trabalho tece algumas considerações que envolvem a problemática da preservação do patrimônio ambiental urbano, tendo como referência os bens imóveis tombados ou não, na cidade supracitada como fator preponderante para a implantação do turismo sustentável.

Na atualidade, dois novos problemas se apresentam como face de uma mesma moeda: de um lado, a cidade como testemunha, é, via de regra, ameaçada pela própria dinâmica da urbanização e do modo de produção capitalista; do outro lado, o alargamento do conceito de patrimônio coloca em xeque a própria noção de monumento, já que praticamente qualquer objeto, qualquer cenário rural ou urbano pode ser considerado patrimônio cultural, existindo assim, tantos patrimônios, quanto possam proliferar às interpretações de grupos determinados e das chamadas políticas culturais.

Diante desse cenário, o primeiro problema me parece merecer tratamento especial, é o da desterritorialização, defendido por alguns teóricos, como perda da identidade, já que a cultura desterritorializada, corre o risco não só do empobrecimento, como também de alienação. Como aliar a pertença, fator indispensável da cultura, com o desenraizamento espacial desses "novos peregrinos", para usar a expressão de David Horne⁶.

Em contrapartida, sem portanto, deixarmos de considerar a polissemia do conceito de território na Geografia, além de sua importância e abrangência em outros campos disciplinares, e suas derivações, territorialidade, des-re-territorialização, tomando como perspectiva, Haesbaert (2007), que defende que: "muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios⁷ [...] estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de (re) territorialização muito mais múltiplo", o que deste ponto de vista, o autor defende a desterritorialização como um mito, pelo fato da mesma tratar-se de um processo "indissociavelmente ligado à sua contraface, os movimentos de (re) territorialização" (2007, p.19). Nesta perspectiva, o (os) processo (os) de (re) territorialização vão gerar, uma imbricação cultural, o que Hall (2001), defende como cultura híbrida, e não a perda da identidade, o que tem características positivas, abrindo oportunidade de novas articulações e intercâmbios culturais, o que por certo não invalidará a cultura local, como querem aqueles que são contrários ao turismo, utilizando deste argumento, o que muito bem defendem, Deleuze e Guattari (1996 [1980]: 40-42, *apud* HAESBAERT, 2007, p.20), argumentando que mesmo não ocorrendo na íntegra, o retorno a uma "territorialidade primitiva ou mais antiga: ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua". O que entendemos, que pode muito bem ser explicado, através da mobilidade humana e interlocuções que o turismo promove com os

⁶ In: IAZIG, Eduardo. Turismo - Espaço, Paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

⁷ A concepção de território defendida neste artigo, está ancorada em Haesbaert (2007), na perspectiva de território material e simbólico.

habitantes dos lugares visitados e vice versa; e que a territorialidade da população local, sobretudo, neste estudo específico, pode possibilitar a implantação de um turismo, voltado para as questões culturais.

Com o intuito de ampliar estas reflexões, recorremos a Hall (2001), quando assevera que:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (p.13).

Assim sendo, neste universo das diferenças que é a cultura, e com a intenção de compreender o desaparecimento do sítio histórico de Jacobina, Bahia (Brasil), nas duas últimas décadas, aliado ao fraco ou quase inexistente sentimento de pertença da população local, que vem buscando no turismo o viés de desenvolvimento e sustentabilidade econômica, partimos dos seguintes questionamentos: Como equacionar, nesse universo das diferenças que é a cultura, a relação: desenvolvimento sustentável, memória e identidade/alteridade, no contexto do modo de produção capitalista vigente? Como e por que o desenvolvimento pode invalidar a memória coletiva de uma cidade?

Memória e história: uma breve (re) leitura da cidade do "ouro"⁸ e sua inserção no turismo

A cidade é um lugar de memória, e os monumentos do passado constituem portanto, lugares de memória, que vão muito mais além das edificações. A percepção de lugar de memória, abrange desde o traçado da cidade, até a sua nomenclatura; da toponímia até os livros que sobre ela, se escrevem, nos mais diversos sentidos - não apenas as obras arquitetônicas e urbanísticas, mas também os documentos de cultura de um modo geral, a exemplo de toda a produção estética, incluindo a literatura, as artes plásticas, a música, além da imprensa e da iconografia sobre a cidade. Tudo isso, pode se constituir em lugares de memória. Entretanto, para ressignificar a memória perdida, no referido estudo de caso, acerca da cidade de Jacobina, é necessário, antes de qualquer coisa, que seu povo compreenda, que a vinda do turismo sustentável, depende da concepção acerca da memória e do sentimento de pertencimento de seu lugar⁹, para que de fato, o turista perceba também esse valor e não banalize e nem depedre este acervo.

Ao defendermos a preservação da paisagem urbana, precisamos buscar antes de mais nada a importância para o habitante do lugar, de quem deve ser tributário, e só depois do turista. Sobre este quesito, percebemos que a importância das edificações é notória na cidade em questão, apesar da falta de conservação e/ou alteração de alguns

⁸ O propósito do texto não é fazer uma leitura ostensiva sobre a história e memória da cidade, e sua implicação no turismo, e sim, propor alguns questionamentos e algumas respostas e/ou hipóteses que ficarão em aberto, para aprofundamento em momento posterior.

⁹ "Lugar é uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais (...) Sentir um lugar é registrar pelos nossos músculos e ossos" (TUAN, 1983, p. 203).

imóveis, com exceção dos que são tombados pelo IPAC-BA¹⁰ como também de seu patrimônio imaterial: o folclore, as festas religiosas, a micareta, dentre outros.

Com o objetivo de delimitar o início do desaparecimento do patrimônio público da cidade pesquisada, e sua importância para a memória do presente e do futuro, e conseqüentemente, para um retorno socioeconômico local, através do turismo, pesquisei o Código de Postura¹¹ do município, através da Ata n 57, de 30 de dezembro de 1933, cujo prefeito da época, era Dr Reinaldo Jacobina Vieira, onde no capítulo II, Artigo 2-Das Construções, Reconstruções, Reparos e Demolições de Propriedades, reza o seguinte:

Nenhuma obra de construção, reconstrução e reparo, poderá ser executada, sem prévia licença da prefeitura, a qual exigirá sempre, da parte do construtor, cuidados para o embelezamento da cidade sob pena de ser embargada a obra e demolida à custa do proprietário, além da multa cobrada pela referida instituição (AMJ. CÓDIGO DE POSTURA, 1933).

Indo na mesma direção, o artigo 67 assevera que: " quem escrever nas paredes, portas ou em qualquer parte, será multado [...] não será permitido varanda em frente das casas que prejudique a estética da cidade", também sob pena de ser multado (Artigo 94).

Diante das medidas adotadas pelo prefeito da época, percebemos que existiu uma preocupação em relação ao patrimônio material, seja ele público ou privado, apesar de estar claro, através das palavras **embelezamento e estética**, que estas sobressaem em relação à memória e história da cidade, o que conforme Le Goff (1996, p.494), "o processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios", como podemos evidenciar na fala seguinte, do então prefeito, Reinaldo Jacobina Vieira:

Jacobina tem avançado em passos largos na senda do progresso, fazendo frente aos municípios mais prósperos do Estado. Dentre elas avulta a agricultura, apresentando um quociente invejável de produção nos últimos anos [...]. E não é só sob esse ponto de vista que a terra jacobinense cresce. Vejamos as construções realizadas nestes dois últimos anos. O prédio escolar Luis Anselmo da Fonseca (em vias de acabamento), edifício de bem cuidada arquitetura, o hospital Antônio Teixeira Sobrinho, outro prédio que não desmerece os altos intuítos do ilustre jacobinense que lhe dá o nome e honra as tradições dessa cidade. (JORNAL O LIDADOR, 1935).

Atualmente, o prédio escolar Luis Anselmo da Fonseca, está praticamente em ruínas, totalmente abandonado, e o hospital Antônio Teixeira Sobrinho, após uma crise financeira, que quase o fez fechar as portas, foi reformado e continua cumprindo seu papel social, agora dispondo de serviço e hemodiálise, o que é um serviço raro no interior baiano.

¹⁰ Inventário de Proteção do acervo Cultural da Bahia; Monumentos e Sítios da Serra Geral e da Chapada Diamantina, Salvador, secretaria de Indústria e Comércio do Estado da Bahia, 1980.

¹¹ AMJ - Código de Postura, 1933.

Diante do exposto, percebemos que mesmo Jacobina, naquele contexto histórico, não dispôs de lei Orgânica, o Código de Postura do município, era muito claro no sentido da defesa patrimonial, o que se configura um avanço para a época, haja vista, que a Lei Orgânica do Município, promulgado em 1990, no seu capítulo V, que fala da Administração dos Bens Patrimoniais, se restringe apenas às questões administrativas, e, no que se refere à conservação do Patrimônio histórico, não existe nada, salvo em seu Artigo 148, que diz: " Nenhum servidor será dispensado, transferido, exonerado ou terá aceito da Prefeitura ou da Câmara ateste que o mesmo devolveu os bens móveis do município que estavam sob guarda", embora trate somente dos bens móveis.

Entendemos, que a luta pela preservação do patrimônio cultural, não pode estar associada ao congelamento da cidade, e/ou à sua imobilização. O direito à memória precisa ser respeitado por aqueles que têm como tarefa gerir as intervenções no espaço urbano, extensivo ao direito à identidade, que na contemporaneidade tem se tornado cada vez mais flexíveis, conforme assevera Hall (2001):

A identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. [...] Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (p. 15).

Os modos de vida colocados em ação na atualidade, alteraram, segundo Guiddes (1990, p. 21) "algumas das características mais íntimas e pessoais de nossa existência cotidiana", representado por um conjunto complexo de processos e forças de mudança, cunhado como globalização, a exemplo da temporalidade e espacialidade, que resulta na compressão de distância e escalas temporais, e que tem seus rebatimentos sobre as identidades culturais, sobretudo, na emergência do turismo, como uma atividade das mais rentáveis mundialmente, e que tem trazido consequências gritantes para os lugares visitados, elencados abaixo:

i As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do "pós-moderno global".

ii As identidades nacionais e outras identidades "locais" ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização.

iii As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades - híbridas - estão tomando seu lugar.

Dentro dessa perspectiva, percebemos que Jacobina, sempre esteve atenta às mudanças e emergências de cada contexto histórico, buscando se adequar em termos de desenvolvimento econômico às demandas contemporâneas, o que de certo modo invisibilizou sua memória e história em relação a toda sua riqueza material e simbólica, que ela possui.

Além de casarões históricos de arquitetura colonial, destacam-se os monumentos religiosos, todos datados do século XVIII, que destacaremos a seguir:

A Igreja da Missão, também chamada Capela de Bom Jesus da Glória, foi fundada em 1706, por missionários franciscanos, para catequese dos índios payayás. É um edifício de elevado valor monumental, tombado pelo IPAC - Governo Federal.

A Igreja Nossa senhora da Conceição é um monumento situado entre o centro da cidade e a Igreja da missão, no entroncamento entre as ruas da Conceição e São Salvador. Sua posição oblíqua em relação as referidas ruas, nos leva a crer que a mesma antecedeu a urbanização da cidade. Possui relevante projeto arquitetônico, tombado pelo SPHAN (atual IBPC). Uma placa sobre a porta principal, registra o ano de construção em 1759, reformada em 1856 e posteriormente reformada em 1924. Atualmente, até o piso foi trocado, havendo assim, uma descaracterização.

A Igreja da Matriz, localiza-se no núcleo primitivo da cidade, no meio da praça Rui Barbosa, conhecida tradicionalmente como praça da matriz. O edifício é circundado por casas e sobrados de pequenas proporções, em sua maioria datadas do século XIX, já bastante descaracterizados. Comemoram-se nesta igreja, as festas religiosas de Santo Antônio, Divino Espírito santo e São Benedito. Seu estilo arquitetônico inicial, foi descaracterizado.

Outro imóvel com características do imóvel é do início do século XIX, é a casa de n 61, pertencente a família Veloso. Está situada na praça Castro Alves, na esquina com a praça Rui Barbosa, no meio da qual ergue-se a matriz. Os dois logradouros contíguos, na realidade formam um único espaço urbano, conhecido popularmente como praça da Matriz. O Diário Oficial de 31 de março 1995, registra o tombamento pelo Instituto do Patrimônio artístico e Cultural (IPAC), decreto de n 33.252 de 09 de junho de 1986. Sofreu pequenas modificações no final do mesmo século e início do século XX.

Merece destaque algumas construções do século XIX, ainda existentes na cidade - sobrados com sótão muito em gosto nas construções dos colonizadores portugueses, a exemplo da casa de Josimo Castro (Praça Dr José Calmon), Joaquim Valois Coutinho e Dr José Orlando Vitória (Praça Senador Pedro Lago), casa das Maffei (Rua Deraldo Dias), casa da Sra Marlene Grassi e do Sr Mozart Teixeira (Rua da Aurora), e por último a Sociedade Filarmônica Aurora Jacobinense, que foi instalada na então vila de Santo Antônio, em 08 de setembro de 1879 (JORNAL VANGUARDA, 1956). A referida sociedade esteve desativada por longos anos, voltando a funcionar na última década, sinalizando uma certa ressignificação da memória da cidade, ainda que seja de forma inconsciente, gerando também emprego e renda.

Contextualização histórico geográfica do campo empírico

Jacobina localiza-se no Piemonte da Chapada Diamantina e pode ser classificada no contexto do Estado da Bahia, como uma cidade de médio porte, com uma população urbana de 79. 247, segundo dados do IBGE (2010). Exerce a função de um lugar central que influencia uma vasta área que a envolve em termos econômicos, sociais, políticos e culturais. Sua posição atual, é o resultado de uma longa evolução histórica em que ocorreu uma combinação de fatores internos à cidade e à sua região de influência imediata com os fatores externos, de caráter extra-regional, a nível do Estado da Bahia e do país. Surgiu como a mais importante cidade da região centro-norte do Estado. Criada por Carta Régia de 05 de agosto de 1720, tendo sido ordenada a criação

da Ouvidoria, pela resolução do Conselho Ultramarino de 10 de dezembro de 1934, só instalada em 1942. O respectivo ouvidor, promoveu a vila, dando-lhe o título de agrícola cidade de Jacobina, em 1880. Seu crescimento e de sua região, foi condicionado pela exploração das minas de ouro, desde o início do século XVIII, e pela expansão da pecuária, inclusive em função do surgimento do mercado que surgiu a partir da própria mineração. Ela afirma-se como centro minerador, entroncamento e local de descanso das boiadas oriundas do Vale do São Francisco, as quais se destinavam ao Recôncavo, segundo Lemos (1995).

Durante a década de 1970, a exploração sistemática do ouro começa em Jacobina, através da empresa multinacional mineração Morro Velho S/A, provocando a atração de pessoas de várias partes do estado e do país, ocasionando o crescimento horizontal do espaço urbano. Porém, a exploração mineral não se expandiu, de forma setorial, dinamizando outras atividades, o que provocou a decadência da cidade e sua região de influência nas décadas de 1980 e 1990. Atualmente, a empresa que extrai o ouro das serras de Jacobina, é a Yamana Gold¹², que emprega 900 trabalhadores diretos e 1300 terceirizados, segundo o jornal a tarde (2008). Em contrapartida, é responsável por um grande impacto socioambiental, sobretudo, para a população que reside nas proximidades da barragem de rejeito da referida empresa, além da quantidade de cianeto que é necessário para a produção do ouro e utilizada pela empresa, contaminando o rio que corta a cidade (Itapicuru Mirim).

A partir da década de 1990, dentro de uma política de desenvolvimento e expansão do turismo do Estado da Bahia, o governo do Estado, juntamente com a Bahiatursa¹³ vem ampliando a atividade turística para a Chapada Diamantina, devido o potencial de atrativos natural e cultural, creditarem essa região, como polo turístico.

Em 1991, foi realizado o primeiro seminário sobre turismo na cidade, envolvendo empresários locais e regionais, e especialistas na área, visando um plano de desenvolvimento socioeconômico regional. Posteriormente, em 1998, foi realizado o primeiro seminário de turismo na Chapada Norte, estando a cidade de Jacobina, incluída nos novos destinos turísticos dessa região. A mesma abriga o parque das cachoeiras, com 45 (quarenta e cinco) quedas d'água catalogadas, além de uma grande riqueza cultural a ser explorada e ressignificada, buscando no turismo sustentável o reaquecimento da economia, que vem definhando nestas últimas décadas. Para tanto, se faz necessário retomar sua memória histórica, bem como a memória coletiva de seu povo aliada à políticas públicas eficientes e investimentos privados, e um desafio

¹² Segundo dados divulgados esta semana pelo Governo do Estado, diversos municípios baianos elevaram as vendas externas durante o primeiro semestre deste ano. Com vendas totais de US\$ 4,9 bilhões em seis meses, a Bahia teve alta de 18,4% na comparação com o mesmo período de 2010. O município de Jacobina teve um incremento ainda maior, alcançando um percentual de crescimento de 64% nas suas exportações, devido, principalmente, às vendas externas de ouro feitas pela empresa Yamana Gold, que administra as minas da Jacobina Mineração e Comércio. Entre os dez principais municípios exportadores, Jacobina superou o município de Barreiras, ficando com o 9º lugar em volume de exportação. Além de Jacobina e Barreiras, tem ainda Camaçari, São Francisco do Conde, Mucuri, Dias D'Ávila, Luís Eduardo Magalhães, Eunápolis, Ilhéus, Candeias que ocupam as oito primeiros posições no ranking da Coordenação de Acompanhamento Conjuntural da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

¹³ A **Empresa de Turismo da Bahia S. A. (Bahiatursa)** é uma empresa de economia mista estadual do governo da Bahia. Sua subordinação atual está a cargo da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. Seu principal enfoque é a divulgação e promoção turística da Bahia no Brasil e exterior, através de agentes de viagens, sendo também responsável pela administração das estruturas e serviços de receptivo no estado

gigante, na conciliação da preservação da memória (material e imaterial) e as demandas do mercado.

Jacobina, em apenas uma década, (1980), perdeu parte significativa de seu patrimônio. A padronização de gostos, impostos pelo mercado, apenas para citar um exemplo, dentre tantos, pode ter influenciado a perda da memória coletiva e a falta de pertencimento, fruto de uma cultura fundada no colonialismo (onde o pensamento colonizado persegue e assombra a nação), na procura de uma autenticidade nacional, antecedendo a existência da própria nação.

Doralice Sátyro Maia (apud, LEGOFF, 1996), chama a atenção, que a cidade é o espetáculo supremo, no mundo das imagens, onde o ver é muito mais estimulado que o viver. A tradição, os costumes, são transformados em espetáculo, e, são colocadas em confronto com a emergência de um mundo moderno. De acordo com a demanda do turismo, é possível a clonagem de paisagens específicas e a criação do "não-lugar", o que se configura em uma sociedade, onde o maior prazer humano está no consumo exacerbado, tornando cada vez mais patente a uniformização visual e funcional dos espaços livres públicos.

Para Le Goff (1990, p.76):

A manutenção do patrimônio histórico, em sentido amplo, faz parte de um processo maior ainda, que são a conservação e a recuperação da memória, graças a qual os povos mantêm sua identidade: 'A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia'

Buscando um diálogo com o autor, entendemos que a memória é uma espécie de resistência contra-hegemônica, que tem auxiliado todos os povos, sobretudo, os que habitam os países hegemônicos, a resistirem a padronização cultural, imposta pelos agentes econômicos e os grandes centros de poder, (re) afirmando suas culturas e costumes, ao mesmo tempo que se apropriam de outras tantas.

Para justificar a citação acima, transcrevo na íntegra, um trecho do artigo publicado no jornal da época, O Lidorador, então semanário da cidade, em 07 de setembro de 1935. "Calha, perfeitamente nesta página, a transcrição da apreciação do Dr Borges de Barros¹⁴ acerca da prensa de 'Cunhar Moedas' que existia nesta cidade e constitui uma tradição na história política e econômica de Jacobina". O autor continua dizendo que tal peça, constitui o documento arqueológico mais poderoso que obteve em 1920 para as coleções do museu da Bahia.

Em virtude da quantidade de ouro em Jacobina e Rio de Contas, o Conselho Ultramarino, em 1726, mandou construir duas Casas de Fundição, nas respectivas cidades. Anos depois, a Casa de Fundição de Jacobina foi fechada, ficando a Prensa aos cuidados da população, que estava dividida em dois partidos: um que apoiava a entrega da peça ao Museu Nacional, e o outro, que não era favorável, acabando a mesma sendo encaminhada ao referido museu, sob a alegação, que ficando na cidade, poucos a veriam e no museu, o mundo inteiro admiraria a preciosidade que marcou uma época do

¹⁴ Dr Borges de Barros é então diretor do Museu da Bahia e Oficial do gabinete do Governador.

progresso da cidade, conforme Ata lavrada aos quatorze dias do mês de novembro, dia do embarque da peça, e acha-se no Codex 18 do arquivo Público, classificador A, sob a ficha de n 26, conforme o jornal o Lidador (1935). A referida Prensa já esteve no arquivo público do Estado da Bahia e se encontra atualmente, no museu do Recôncavo.

Diante do exposto, constatamos um esforço de boa parte da população jacobinense, acerca da continuação de sua da memória, como podemos constatar, através de outro episódio importante, publicada no jornal o Lidador (1935), que enaltecia A Companhia Força e Luz da cidade, em relação a tudo de bom e útil que a mesma possuía, devendo tal feito, à figura do Cel Galdino César de Moraes, que através da Lei n 11, de 07 de agosto de 1924, o Conselho Municipal autorizou o então intendente a estabelecer luz elétrica e água encanada, podendo contrair empréstimos, mediante concorrência pública, com qualquer companhia, sindicato, individual, com isenção de impostos. O primeiro concessionário, foi o Sr Durval Alves de Mesquita, em 1926, o que não deu muito certo e Jacobina vivenciou seu primeiro "apagão". Foi eleito como presidente da referida companhia o Cel Galdino, que consciente de que se tratava de um empreendimento grande, com poucos recursos da Intendência Municipal, junto com correligionários políticos, valeram da iniciativa privada e organizaram uma sociedade acionária.

A barragem foi construída represando as águas da cachoeira do rio do Ouro, distante três quilômetros da sede, construído pelo francês Henri de Broutelles. O maquinário foi comprado a empresa SIMES DO BRASIL, jacobina passando então a receber energia produzida pela força hidráulica.

A Companhia foi municipalizada na administração do prefeito Reinaldo Jacobina Vieira, através de Ato do Poder Público, estabelecendo um litígio com a Companhia, que só foi resolvida com a vinda do interventor Pinto Aleixo (1942-1945). Jacobina, assim como todas as cidades do Nordeste e norte de Minas Gerais, passa a ser iluminada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), que administra as barragens de Sobradinho, Itaparica, Xingó, Moxotó e Paulo Afonso. No local da antiga Companhia, abriga hoje, um parque municipal, chamado Parque da Macaqueira, construído no governo do então prefeito Leopoldo Moraes Passos, e o maquinário da antiga Companhia, está exposto para visitaçao e continuação da memória local.

Ainda no jornal o Lidador (1933), foi publicada uma matéria, sobre o jacobinense Abílio Lima, ou Pedrinho, como era conhecido, sobre a montagem de uma oficina movida a força motriz, com prensas poderosas para enfardamento de algodão, bem como máquinas para descaroçar e para limpar o algodão, totalmente fabricadas em sua oficina, tão perfeitas quanto as fabricadas e importadas nos Estados Unidos. através desta matéria, pudemos constatar, o sentimento de pertença e da valorização do nacional, em detrimento do estrangeiro, dentro de um contexto histórico, décadas de 1930 e 1940, onde a massificação, o consumo de produtos que ainda não fabricávamos aqui, através da substituição de importação e da própria cultura colonizadora e a influência estrangeira em nossa sociedade.

Não podemos dizer o mesmo, em relação à Estação Ferroviária Leste Brasileira, que cortava a cidade, e serviu a Jacobina desde 1920, quando passou a primeira locomotiva, transportando carga, principalmente de mamona, que destacou Jacobina, como maior produtora mundial, além de transporte de passageiros. Na primeira gestão

do prefeito Carlos Alberto Pires Dalto (1983-1989), a viação férrea foi desativada, perdendo-se assim, parte significativa de sua memória histórica.

Voltemos portanto ao questionamento inicial: Como e por que o desenvolvimento invalida a memória de uma cidade? Tal conduta é histórica no Brasil como um todo, no governo do presidente Juscelino Kubitschek, com a vinda da indústria automobilística, o Brasil foi pressionado a abandonar as parcas ferrovias existentes no país, e que foram construídas pelas demandas do mercado para escoar a produção da colônia, rumo a sua metrópole, deixou de ser interessante porque as rodovias eram a bola da vez.

Outra mudança na gestão do prefeito Carlos Dalto, foi na praça da matriz, onde foi construído um calçadão, à revelia da população, dando a entender que o mesmo foi para privilegiar alguns imóveis, com um calçadão "privativo", além da cobertura de uma parte do rio do Ouro para a construção de um sambódromo, o que no contexto de sua construção, causou uma enchente, nunca vista na cidade, com prejuízos vultosos para a população dessa área e adjacências.

Jacobina, possui, algumas manifestações culturais, que se encontra em estado de letargia. A micareta é uma dessas manifestações, pelo fato da mesma parecer ter se originado nessa cidade, em 1912, prescindindo a micareme em Salvador e Feira de Santana, hoje nãoa trai mais turistas como no passado.

Outra festa tradicional que foi praticamente extinta foi a festa da Missão, que originalmente se iniciava no dia primeiro de Janeiro e perdurava até o dia seis. atualmente, os empresários da área, trazem algumas atrações para aumentar o faturamento no final de ano, com o aumento do fluxo de pessoas, sobretudo estudantes, que residem em Salvador e outras cidades do Estado e voltam para passar as férias de final de ano.

Temos também as festas religiosas, que representa a cultura viva da cidade e atrai pessoas de todo o município, a exemplo da festa do Divino Espírito Santo, que é uma festa centenária, festa de São Benedito, festa de Santo Antônio de Pádua, Corpus Chisti, Nossa senhora da Conceição e a Marujada.

Considerações finais

Jacobina é uma cidade de grande valor cultural e patrimonial, hoje, com evidentes sinais de desaparecimento desse legado, por falta do sentimento de pertencimento da maioria da população acerca de seu patrimônio cultural e seus rebatimentos no turismo, como fator preponderante.

Entendemos que a cidade possui grande chances de ressignificar sua economia, utilizando o turismo, como um fenômeno potencializador para o reaquecimento de sua economia, com capacidade de gerar emprego e renda para a população local.

Para tanto, ficou evidenciado no decorrer da pesquisa que culminou neste artigo, que a população local ainda não se deu conta desse referencial histórico e patrimonial, aliado à infraestrutura que a cidade precisa oferecer ao turista, atrelado ao diferencial,

que são as características e as peculiaridades culturais inerentes a cada local, que podem fazer de Jacobina, uma cidade importante no contexto do turismo na chapada norte, onde a mesma é considerada o portal de entrada.

A cidade, além de sua riqueza patrimonial e cultural, atrelada a sua origem no contexto do Brasil colônia, possui na área do ecoturismo, cachoeiras de rara beleza, balneários, hotéis com leitos suficientes para a implantação do turismo, bem como hospitais e uma clínica com estrutura razoável. Possui também bons restaurantes, clubes, boites, bares, etc.

A referida cidade têm chances de desenvolver o turismo sustentável como alternativa de desenvolvimento econômico, se conseguiu equacionar três elementos imprescindível para o turismo sustentável: o desenvolvimento econômico, em consonância com a preservação do meio ambiente, e o retorno social para as populações local.

Assim sendo, cidade, memória, desenvolvimento, estão imbricados e não mais vistos dicotomicamente. Ao contrário, estão perfazendo pares que consolidar-se-ao em alternativas de desenvolvimento, aliada à consciência histórico-cultural, memória e sentimento de pertença que convergem, preenchendo os espaços urbanos, antes não significados, em espaços de significados coletivos, portanto, plurais, num conjunto que resultem de atividades diferenciadas em prol do coletivo, contribuindo assim, para o significado de mudança da cidade, em convergência e conversão do antigo/moderno, do signo/linguagem, onde o trivial e comum, ganham uma nova representação histórica, política e social.

Portanto, fica claro a falta de memória e de sentimento de pertencimento da maioria da população em relação à sua história, aliado ao desaparecimento gradativo de seu sítio, uma vez que parte do patrimônio já foi descaracterizado e que boa parte da nossa cultura, a exemplo da marujada, festa da missão, micareta, que sempre representou Jacobina em suas manifestações culturais estão desaparecendo, paradoxalmente, quando a cidade está se inserindo no turismo, em um lugar de destaque na Chapada Norte.

Não se pode pensar o turismo em qualquer âmbito, sem antes discutir e implementar uma política pública que priorize a qualidade de vida de seus habitantes. O mesmo não se desenvolve apenas com ações imediatas de embelezamento, mas, prioritariamente, envolvendo a educação como condição básica par a implementação do desenvolvimento sustentável.

Referências

AMJ - Código de Postura, 1933.

BOTERILL, David. 2002. A survey of doctoral theses accepted universities in the UK and Ireland related to tourism, 1990-1999. *Tourist Studies*, v. 2, n. 3, p. 283-311.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: Um debate.** *GEOgraphia* - Ano IX, n. 17, p. 19-42, 2007.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/21Documento_Referencial.html

IAZIG, Eduardo. Turismo - Espaço, Paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

LEGOFF, Jacques. Memória e História. 4 ed, Campinas, São Paulo: Ed. da Universidade, UNICAMP, 1996.

JAFARI, Jafar; AASER, Dean. 1988. Tourism as the subject of doctoral dissertations. *Annals of Tourism Research*. Menomonie, University of Wisconsin-Stout, v.15, p.407-429.

REJOWSKI, M. 1997. Realidade turística nas pesquisas científicas: visão de pesquisadores e profissionais. São Paulo, 2v. Tese (Livre Docência) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade

de São Paulo.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. 1930. Tradução de Livia de Oliveira, São Paulo: Difel, 1983.